



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

CURRÍCULO

PRISCILA SANTOS CAMPÊLO MACORIN

Coordenadora-Geral de Recuperação de Ativos

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5988211073838535>

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional

Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP

Período: 2017 a 2019

Dissertação: A Prisão Cautelar Para Fins de Extradicação no Direito Brasileiro: Abordagem Sobre a Cooperação Jurídica Internacional e a Centralidade dos Direitos Humanos.

Especialização em Direito Previdenciário

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Período: 2013 a 2014

Artigo científico: Assistência Social: Uma Abordagem Sobre o Programa de Transferência de Renda e as Fragilidades do Benefício de Prestação Continuada.

Especialização em Ciências Penais

Universidade do Sul de Santa Catarina

Período: 2008 a 2009

Monografia: A Relativização dos Direitos e Garantias Fundamentais face à Imprescindibilidade da Interceptação Telefônica como Instrumento Investigatório no Combate à Criminalidade Organizada.

Graduação em Bacharelado em Direito

Universidade Federal de Pernambuco

Período: 2000 a 2005

Monografia: Da Possibilidade de Perda do Interesse de Agir do Estado na Ação Penal Pública: Prescrição Antecipada.

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

III Curso de Formação de Tutores

Academia Nacional de Polícia – 2011.

Curso de Prática de Ensino Policial

Academia Nacional de Polícia – 2011.

Curso de Formação Profissional de Delegado de Polícia Federal

Academia Nacional de Polícia – 2007.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Cargos Efetivos

Polícia Federal: Delegada de Polícia Federal – desde 16 de julho de 2007.

Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco: Analista Judiciário – Área Judiciária – abril de 2006 a julho de 2007.

Cargos em comissão/Funções comissionadas

Chefe da Divisão de Alertas e Restrições da Coordenação-Geral de Polícia de Imigração na Polícia Federal – de jul/2020 a fev/2021.

Chefe da Divisão de Relações Internacionais na Polícia Federal – de fev/2019 a jul/ 2020.

Coordenadora-Geral de Cooperação Internacional Substituta na Polícia Federal – de mar/2019 a jul/ 2020.

Chefe da Divisão de Direitos Humanos na Polícia Federal – de abr/2018 a fev/2019.

Coordenadora-Geral de Defesa Institucional Substituta na Polícia Federal – de abr/2018 a fev/2019.

Chefe da Divisão de Doutrina e Capacitação em Inteligência na Polícia Federal – de jan/ 2018 a abr/2018.

Chefe do Cartório da 63ª Zona Eleitoral de Pernambuco – de jun/2006 a fev/2007.

PALESTRAS MINISTRADAS

Programa Nacional de Difusão de Cooperação Jurídica Internacional “*Grotius Brasil*”, do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, do Ministério da Justiça. Tema: Cooperação Internacional e Atuação da Polícia Federal (2019).

Projeto Atenção Brasil: Fortalecendo a capacidade do governo brasileiro no enfrentamento do tráfico de pessoas, do *International Centre for Migration Policy Development* (ICMPD). Tema: Tráfico de Pessoas e Cooperação Internacional – Atuação da Polícia Federal (2019).

Projeto *Longa Manus*, da Coordenação-Geral de Cooperação Internacional da Polícia Federal em parceria com a Academia Nacional de Polícia. Trabalho apresentado: A Cooperação Policial Internacional (2017).

Encontros Regionais sobre Repressão a Crimes Previdenciários – Regiões Sul, Norte, Centro-Oeste e Nordeste, realizados pela Divisão de Repressão a Crimes Previdenciários da Polícia Federal, em parceria com a Academia Nacional de Polícia. Trabalho apresentado: O Sigilo Médico e o Parecer nº 43/2014- CGMADM/PFE/INSS/PGF/AGU (2014).

Encontro Nacional Sobre Repressão a Crimes Previdenciários, organizado pela Divisão de Repressão a Crimes Previdenciários da Polícia Federal, em parceria com a Academia Nacional de Polícia. Trabalho apresentado: Medidas Restritivas Diversas Aplicáveis em Polícia Previdenciária (2013).

Curso de Gestão em Matéria Previdenciária, realizado pela Divisão de Repressão a Crimes Previdenciários da Polícia Federal, em parceria com a Academia Nacional de Polícia. Trabalho apresentado: Especialização e Operacionalização do Grupo de Repressão a Crimes Previdenciários na Delegacia de Polícia Federal em Campinas (2010).

II Congresso Jurídico dos Estudantes de Direito, organizado pela Coordenação Setorial de Extensão do Centro de Ciências Jurídicas – UFPE e pela Faculdade de Direito de Olinda – AESO. Trabalho apresentado: Os princípios Constitucionais e as Decisões dos Juizados Especiais Criminais: A Natureza Jurídica da Sentença Homologatória (2003).

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Artigos

Transmissão espontânea de informações: cooperação direta ou notícia de crime como instrumento de cooperação jurídica internacional? *Cooperação em Pauta*, v. 60, p. 1-4, 2020. (ISSN 2446-9211).

A Utilização do Banco de Dados de Perfis Genéticos na Persecução Criminal: uma abordagem sobre os direitos de personalidade e o princípio da não autoincriminação. *Revista Brasileira de Ciências Policiais* (ISSN 2178-0013. volume 9. p. 91-108).

Livro

Prisão cautelar para fins de extradição no direito brasileiro: o diálogo entre a cooperação jurídica internacional e a centralidade dos direitos humanos. 1 ed. Salvador: Juspodivm, 2020. (ISBN 978-85-442-3110-4).

OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES

Membro (suplente) do Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE: de ago/2020 a fev/2021.

Membro do Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes da Operação Acolhida: de ago/2020 a fev/2021.

Conselheira (suplente) do Conselho Nacional de Direitos Humanos: de 2018 a 2019.

Membro do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: de 2018 a 2019.

Membro do Comitê Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo: de 2018 a 2019.

Membro do *Human Trafficking Expert Group* da INTERPOL: de 2018 a 2019.

Membro do INTERPOL *Specialized Operational Network* – ISON: de 2018 a 2019.

Gerente Regional e Operacional do Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI) dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos – Rio 2016.